



Requerimento Nº 1481/2026

Súmula – Requeiro informações ao Poder Executivo Municipal, na pessoa do Excelentíssimo Senhor Prefeito Marcos Ferreira Godoy, que informe a esta Casa de Leis se existe estudo ou projeto que **“sugere a construção participativa do Plano Municipal de Direitos Humanos, com metas, ações intersetoriais e prioridades voltadas à promoção da igualdade, proteção de grupos vulneráveis e garantia de direitos fundamentais, no município de Itapevi”**.

REQUEIRO à Mesa, na forma regimental vigente ao Poder Executivo Municipal, na pessoa do Excelentíssimo Senhor Prefeito Marcos Ferreira Godoy, que informe a esta Casa de Leis se existe estudo ou projeto que **“sugere a construção participativa do Plano Municipal de Direitos Humanos, com metas, ações intersetoriais e prioridades voltadas à promoção da igualdade, proteção de grupos vulneráveis e garantia de direitos fundamentais, no município de Itapevi”**.

Justificativa

Senhor Presidente; -
Senhores Vereadores; -
Senhoras Vereadoras; -

A promoção e proteção dos direitos humanos são pilares de uma sociedade democrática, justa e inclusiva. No âmbito municipal, o planejamento de políticas públicas voltadas à garantia desses direitos deve ser orientado por um instrumento estruturado, com objetivos claros, metas definidas e mecanismos de acompanhamento e avaliação.

A criação do **Plano Municipal de Direitos Humanos** representa um importante avanço para o município de Itapevi, pois permitirá a **integração entre diferentes políticas públicas** — como educação, saúde, assistência social, segurança e cultura — com foco na **dignidade da pessoa humana e no enfrentamento às desigualdades**.



Propõe-se que esse plano seja elaborado por meio de um **processo participativo e democrático**, com a escuta ativa da população e o envolvimento de representantes da sociedade civil, conselhos municipais, coletivos, movimentos sociais, instituições públicas e privadas, com atenção especial aos **grupos historicamente vulnerabilizados**, como:


- Crianças e adolescentes;
- Pessoas com deficiência;
- População LGBTQIAPN+;
- Povos indígenas e comunidades tradicionais;
- Mulheres;
- Idosos;
- População em situação de rua e em vulnerabilidade social.

O plano deve prever **ações intersetoriais** e metas de curto, médio e longo prazo, com diretrizes para a **garantia de direitos fundamentais**, como o acesso à justiça, ao trabalho digno, à moradia, à segurança alimentar, à educação e à saúde. Também é essencial que contemple mecanismos de **monitoramento e avaliação contínua**, permitindo correções de rota e o aprimoramento das políticas públicas.

A construção de um plano dessa natureza reforça o compromisso do município com os princípios constitucionais da **igualdade, cidadania, dignidade e participação social**, e se alinha a políticas nacionais e internacionais de direitos humanos, contribuindo para tornar Itapevi uma cidade mais humana, acolhedora e comprometida com a justiça social.

Diante da relevância desta proposta, solicito o apoio dos nobres colegas para a aprovação deste requerimento e o consequente encaminhamento ao Poder Executivo Municipal, visando à **construção participativa do Plano Municipal de Direitos Humanos de Itapevi**.

Sala das Sessões Bemvindo Moreira Nery, 9 de fevereiro de 2026



Vereador Rafael Alan de Moraes Romeiro
Presidente
PODEMOS



Assinaturas Digitais

O documento acima foi proposto para assinatura digital na Câmara Municipal de Itapevi. Para verificar as assinaturas, clique no link: <https://itapevi.siscam.com.br/documentos/autenticar?chave=600UC0869C87HONS>, ou vá até o site <https://itapevi.siscam.com.br/documentos/autenticar> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido:

Código para verificação: 600U-C086-9C87-H0NS

